



24 horas em notícia

2 a 3 dias de redução da água a Lisboa

SEGUNDO informações que obtivemos junto da EPAL (Empresa Pública das Águas de Lisboa), deverá prolongar-se por 2 ou 3 dias a redução no caudal de água que abastece Lisboa, em virtude da explosão ocorrida no aqueduto Tejo, situado na Póvoa de Santa Iria.

Equipas de técnicos da empresa esforçam-se por reparar os estragos causados pelo atentado bombista, na madrugada de ontem, que reduziu para cerca de 10% o abastecimento de água à região de Lisboa, causando, como é óbvio, diversos transtornos. A EPAL aconselhou a população a utilizar a água da rede de abastecimento somente para beber ou para outros fins indispensáveis.

Entretanto, a P. J. iniciou as investigações com vista a descobrir os sabotadores.

Aumento do funcionalismo a partir de 1 de Janeiro de 77

ENCONTRAM-SE prontos, na Secretaria de Estado da Administração Pública, e deverão ser enviados a um próximo Conselho de Ministros, os diplomas legais que preveem o aumento do funcionalismo público, civil e militar, a partir do próximo dia 1 de Janeiro de 77.

O aumento, que deverá ser no valor de 15%, fora prometido publicamente aos portugueses pelo Primeiro Ministro Mário Soares, na sua intervenção televisiva do passado dia 3 de Dezembro.

Director de Serviços da PIDE condenado a 14 meses de prisão

O 4.º TRIBUNAL Militar de Lisboa condenou ontem à pena de 14 meses de prisão, o ex-director de serviços da Pide, Manuel da Silva Clara, que desde 1951 foi funcionário daquela extinta polícia.

O colectivo considerou provada a acusação e teve em conta, no acórdão que pronunciou, «a não existência de nenhuma agravante, o bom comportamento do réu, o facto de agir em cumprimento de ordens de superiores hierárquicos e nenhuma queixa contra ele». O crime, previsto e punível pela lei 8/75, beneficiou das atenuantes 1.ª e 2.ª do art.º 39.º do Código Penal, 7.ª do art.º 23.º do Código de Justiça Militar e ainda do art.º 6.º do dec.-lei 349/76.

O advogado de defesa, dr. Joaquim da Ponte Valentim, depois de um preloquio com o réu, o dr. João Costa Figueira, pretendeu dar do seu constituinte a imagem de vítima de «um regime de barbárie», que, com os seus colegas «foram todos demitidos e impedidos de ganhar o pão dos filhos», acusados de «factos que não eram crimes quando eles os praticaram».

Como ponto assinalável, a coincidência de se encontrar entre as testemunhas abonatórias do réu, o dr. João Costa Figueira, que na última audiência do caso Dias Coelho, a decorrer no 1.º Tribunal Militar, depois como testemunha presencial acerca do número de tiros disparados sobre o escultor, em contraposição às afirmações do réu e das testemunhas de defesa deste caso (vg. pág. 4).

O réu saiu em liberdade por ter cumprido, entre Maio de 74 e Março de 76, cerca de 22 meses de prisão preventiva.

Referendo nos seguros provoca agitação

A DIRECÇÃO do Sindicato Nacional dos Seguros (afecta à Carta Alberta) não aceitou uma tentativa de alterar a ordem de trabalhos do referendo, ontem realizado em todas as capitais de distrito, para que a classe se pronunciasse sobre a ida, ou não, da direcção ao Congresso. O referendo estava marcado desde o dia 19 de Novembro, altura em que se realizaram duas reuniões públicas e foram apresentadas e discutidas as várias teses a favor e contra a adesão ao Congresso.

A tentativa de boicote ao referendo verificou-se pela realização, às dez horas da manhã de ontem, de uma Assembleia Geral, considerada selvagem pela direcção. Perante a insistência desta a mesa da referida Assembleia, composta por delegados sindicais afectos à linha da Inter, decidiu adiar a sua sessão para a tarde. A hora de encerramento esta edição, a direcção opunha-se à cedência da sala para tal reunião, alegando estar a decorrer o referendo, o que levou à realização, nas escadas da sede, de um mini-comício das forças a favor da ida ao Congresso.

M. N. Estrangeiros chama a atenção de Kalinine

ARNOLD KALININE embaixador da União Soviética em Portugal, foi recentemente convocado pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros para onde lhe terá sido chamada a atenção para o facto de ter participado num comício do PCP.

A comunicação do desagrado do Governo perante o que foi considerado como uma ingerência nos assuntos internos portugueses, — ou, pelo menos, como uma actualização pouco normal de um embaixador acreditado em Lisboa — foi efectuada pelo secretário-geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, embaixador Tomás de Melo Breyner Andersen, há cerca de duas semanas. O comício em causa efectuou-se em Montemor-o-Novo, a 1 de Novembro, após a entrega directa de equipamento agrícola soviético a unidades colectivas de produção da zona.

Kalinine terá respondido que não se apercebera de que se tratava de um comício e que abandonara o local, logo que tomara consciência das implicações políticas da cerimónia a que comparecera acompanhando uma delegação soviética. Foi-lhe, porém, objectado que o tom em que o jornal "Diário" publicara a notícia relativa ao acontecimento não permitia essa interpretação.

Tomás Rosa na Alemanha Federal: «Televisão a cores no próximo ano»

BONA (do nosso correspondente Hernâni Santos) — Portugal vai passar a ter Televisão a cores em regime experimental, a partir de 1 de Junho do próximo ano.

A informação foi-me dada pelo responsável da RTP, capitão Tomás Rosa, durante a viagem que, juntamente com o major João Figueiredo, da Rádio Difusão Portuguesa, acaba de fazer à República Federal da Alemanha. Segundo o ex-ministro do Trabalho do VI Governo Provisório, daqui a cerca de um ano os telespectadores portugueses passarão a ver televisão a cores num regime que é classificado de "experimental permanente", o qual deverá ascender ao estatuto de "permanente" em 1979.

"Começaremos com algumas "gracinhas" — passe o termo — como é aconselhável: certas cerimónias de maior relevo e interesse internacional serão filmadas a cores e progrediremos gradualmente até entrarmos em pleno da transmissão colorida permanente" — explicou-me Tomás Rosa.

Naturalmente que, neste campo (e muito especialmente no que se refere à Televisão a cores), os interesses económicos constituem factor preponderante. E neste contexto que deve ser entendida a concorrência entre a França e a Alemanha, no tocante ao fornecimento dos respectivos sistemas de televisão a cores — o SECAM e

Costa Braz ao EXPRESSO
• Governo Socialista
• Ser-se independente
• O processo eleitoral
• A revisão do Código Administrativo
• O caso Mota Freitas
Pág. 13

A visita de Soares no contexto da política externa brasileira
Págs. 18/19
Vasco Futecher Pereira
Pág. 18

Subsídios do 13.º mês: os títulos não passarão

PARECE confirmar-se, de forma definitiva, que a proposta de lei do Governo, referente ao pagamento, de parte do 13.º mês em títulos do Tesouro, não passará na Assembleia da República.

De facto, o PSD foi o primeiro partido a tomar posição oficial, contrariando aquela proposta, criticando o seu carácter de medida avulsa e a sua escassa fundamentação do ponto de vista económico.

Entretanto, o CDS, na sequência de declarações dos seus dirigentes, fez depois publicar um comunicado sobre esta matéria, criticando o conteúdo da medida, que não sofreu alterações substanciais ao ser

transformado de decreto-lei em proposta de lei.

Finalmente, o PCP difundiu antecorrem uma nota oficial, com longa fundamentação, em que afirma que se "oporá firmemente à proposta de lei apresentada pelo Governo por considerar que a mesma continua a consagrar critérios de manifesta injustiça social".

A confirmar-se a não aprovação da proposta de lei do Governo a propósito desta proposta de lei, então tratar-se-á da primeira derrota significativa do Governo Socialista na Assembleia da República. Este facto, já

reconhecido mesmo por órgãos de informação considerados afectos ao Governo, tem suscitado a sua reacção (de que é exemplo um vespertino de orientação socialista que ontem atacava frontalmente o CDS, o PCP e o PSD, tentando responsabilizá-los pela frustração da medida do Governo Socialista).

A Assembleia da República ainda não deliberou se há-de ou não conferir carácter urgente à proposta de lei do Governo, antepondo a sua discussão nos jornais ao debate sobre o orçamento e o Plano que se poderá prolongar do dia 16 até dia 23 de Dezembro. A ser assim, deveria ser convocada

também urgentemente a Comissão de Economia e Finanças para apreciar a proposta de lei.

Entretanto, ontem na Assembleia da República, o PCP e o PSD fizeram declarações políticas, no período de Antes da Ordem do Dia.

O PCP atacou, pela boca de Carlos Brito, as intervenções televisivas de Mário Soares e António Barreto, e referiu-se longamente à questão dos bombistas.

Numa ampla declaração, feita de improviso, a deputada do PSD, Helena Roseta, também candidata à Presidência da Câmara Municipal de Lisboa, apreciou a actual situação política nacional, comentando em particular a forma como decorreu a campanha eleitoral para as autarquias locais. A este propósito, comentou criticamente as promessas eleitorais da FEPU, do CDS e do PS (este prevalecendo-se da sua posição de partido do Governo).

No período da Ordem do Dia, a Assembleia da República apreciou uma proposta de lei considerada urgente e relativa à contratação de um empréstimo por parte do Governo português junto do Banco Europeu de Investimentos, no montante de 1.0 milhões de unidades de conta, a uma taxa de 6,5% e com um prazo mínimo de amortização de 10 anos. Esta matéria tinha sido objecto de discussão na parte da manhã na Comissão de Economia e Finanças, tendo a proposta sido aprovada com o voto do PS e do PSD (ainda que este com declaração de voto), e a abstenção conjunta do PCP e do CDS, que consideraram que este empréstimo poderia pôr em risco a independência nacional.

Eleições locais:

Abstenção de 27,5% prevista em meios oficiais

CERCA de 25 a 27,5% de abstenções é a estimativa indicada na alguns círculos oficiais para o próximo acto eleitoral. Este número, segundo alguns observadores, poderá ainda ser uma perspectiva optimista. Meios não oficiais apontam, com efeito, uma percentagem de 30 a 35% de abstenções (ver sobre o significado das abstenções págs. 2; 3 e Editorial pág. 8). Estes números poderão ainda ser influenciados pelo estado do tempo, que de momento se prevê de melhoria. A abstenção média prevista de 25 a 27,5% pode-se subdividir

do seguinte modo: no Norte, nos meios rurais poderá ser superior a 30%, enquanto que nos meios urbanos orçará 20 a 25%. No Sul as abstenções nos meios rurais deverão ser inferiores, cerca de 20% enquanto nas cidades se estimam superiores às do Norte, devendo variar 25 a 39% (Lisboa e Porto incluídos na estimativa).

Proposta de lei em preparação

Por outro lado, fontes bem informadas referiram ao EXPRESSO

que se realizaram já, no MAI, algumas reuniões visando a elaboração de uma proposta de lei definindo especificamente as funções e competências, bem como a autonomia financeira, das autarquias locais. Este projecto deverá ser enviado à Assembleia da República para discussão no início do mês de Janeiro. Confirmar-se-á neste caso, a manutenção da generalidade das funções, expressas no dec.-lei 701/A/76 (ver pág. 13 em revista com Costa Brás) até serem conhecidos os resultados eleitorais definitivos.

Cintura Industrial de Lisboa vai ao Alentejo em fim-de-semana prolongado

O FIM-de-semana que hoje principia marca um novo desafio ao Governo e é tomado como juízo de forças no último passo eleitoral, mostrando como palco a região do Alentejo. De um lado o Governo, sem esquecer a perspectiva eleitoralista, do outro os sindicatos dos trabalhadores agrícolas no desempenho de função similar. As declarações do ministro António Barreto, na quarta-feira, terão ultrapassado as previsões dos meios sindicais (enquanto parte material da oposição sustentada pelo PC e, agora, FEPU), que não julgaram possível provocar a desmobilização dos trabalhadores na questão da Reforma Agrária.

O sintoma da desagração, principalmente no Baixo Alentejo, aparece em resultado de posições de força exercidas sobre os trabalhadores, por parte do Sindicato e que muitos trabalhadores não

consideram diferente daquelas que venham agora a ser praticadas pelo Governo. Trabalhadores com quem o EXPRESSO contactou, na região, revelaram desânimo perante o que consideram "erros de estratégia que preterem as vitórias alcançadas". Um dos erros apontados foi a escolha da "Lobata", no conselho de Serpa, para estandarte de reivindicações que consideram justas. Alguns trabalhadores admitiram que a Herdade da Lobata nunca pode asfixiar a unidade "Margem Esquerda" correndo, pelo contrário, o risco de ser ela própria asfixiada. Este tipo de análise confirma a motivação política que rodeia todo o trabalho de contestação confirmado pelo cerco que ainda não terminou.

Por outro lado, a previsão de deslocação de mais de um milhão de pessoas da cintura industrial de

Lisboa, amanhã, para a região do Alentejo, é entendida por vários núcleos de trabalhadores, como uma prova de fraqueza aceite pelo Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas de Beja e pelos orientadores das Unidades Colectivas de Produção. É neste sentido que parece processar-se a desmobilização dos trabalhadores envolvidos. Como agravante apresenta-se a posição do Sindicato que não aceita a formação de cooperativas independentes, desligadas do controlo sindical. Esta situação não invalida a subida de tensão que, efectivamente, se verifica.

Depois das declarações de António Barreto, que principiam por uma série de denúncias que acusavam o comportamento de várias unidades colectivas, nomeadamente no Baixo Alentejo, os responsáveis pelo Governo Re-

gional não esconderam a determinação de alterar a situação. O tenente-coronel Carvalho Figueira, governador de Beja, considera que "tem ao seu alcance todos os meios para sustentar a situação, mesmo que se pense em usar a deslocação de trabalhadores da zona de Lisboa com a finalidade de pressionar o Governo". O governador de Beja acrescentaria que "se for necessário pagar um preço para estabelecer a legalidade e obedecer ao Estado de Direito esse preço seria pago".

Neste conjunto de "meios suficientes à disposição" deve contar-se a disposição do sector militar em estender a instrução e treino operacional da companhia de "Comandos", que se encontra em Santa Margarida, até ao Alentejo. Esse alargamento, embora a contento de um programa de instrução, pode significar uma movimentação militar dissuasora, com passagem pelo Baixo Alentejo.

Não tendo o coronel Carvalho Figueira afluído este aspecto, não deixa de ser sintomático o facto de o governador ter afirmado que o Governo, pela voz de António Barreto, tinha deixado bem clara a disposição de "reconduzir à legalidade e em obediência à Constituição, a vida do Baixo Alentejo". Salienta-se que Carvalho Figueira se revelou inclinado para uma linha muito mais dura do que o seu colega de Portalegre. O Centro Regional de Reforma Agrária de Portalegre encontra-se encerrado, com guarnição policial, só havendo acesso aos elementos da direcção. A região de Portalegre significaria a abertura da segunda frente do desafio às disposições do MAP, com o caso da Cooperativa Agrícola Figueira de Barros, no Ervedal, numa acção que foi contrariada pelo encerramento do CRRA.

O governador, Miranda Calha, referindo o aspecto do encerramento do CRRA de Portalegre diria que "há muito tempo se notava que o CRRA não funcionava como devia funcionar e não cumpria as directivas do Ministério. Sabia-se que a actualização do Centro não correspondia às suas funções específicas, avolumando-se pormenores que conduziram a uma situação que exigiu a abertura de um inquérito e ele foi pedido pela direcção. Só por isso, e em função do curso do inquérito, o Centro se encontra encerrado ("sine die"). O governador de Portalegre não considera o facto como um ponto de rotura no conjunto da Reforma Agrária, na região. Em contrapartida, em Beja, o governador civil diria que se fosse solicitado a receber qualquer delegação do Sindicato ou dos trabalhadores para tratar

Eanes aplica RDM a oficiais implicados nas sevícias

O GENERAL Ramalho Eanes, na qualidade de Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas (CEMGFA) enviou aos três ramos das Forças Armadas, bem como às forças militarizadas e de segurança, uma mensagem, «para publicação em ordem de serviço», a propósito do chamado «relatório das sevícias». Nela se informa que o CEMGFA ordenou aos Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos que «apurem a incapacidade moral, de acordo com o artigo 168.º do RDM, dos oficiais autores materiais de actos de violência sobre presos sujeitos às autoridades militares e dos oficiais que consciente e voluntariamente permitiram aqueles actos».

O artigo 168.º do RDM (Regulamento de Disciplina Militar) comete ao Conselho Superior de Disciplina julgar da incapacidade moral dos oficiais e aspirantes a oficial, em caso de «prática de algum acto que afete a sua respeitabilidade ou o torne incompatível com o desempenho das suas funções ou com o decoro militar», e também em caso de «procedimento escandaloso, com observância dos preceitos da moral e da honra». Esta atribuição do Conselho Superior de Disciplina (estendida, aliás, ao Conselho Superior de Disciplina do Exército por um decreto-lei de 1959) vigora «ainda que pelos mesmos motivos lites (aos oficiais e aspirantes a oficial) tenham sido impostos penas disciplinares ou tenham sido julgados pelos Tribunais».

Acrescente-se, citando, mais uma vez, a mensagem do general Eanes: «A gravidade dos actos praticados excede a infracção disciplinar. Mas, sem prejuízo da matéria criminal que competirá aos tribunais julgar, é de interesse nacional reconhecer que alguns militares ultrajaram a instituição que serviam, quaisquer que fossem os princípios invocados para o seu comportamento».

A responsabilidade não pode separar-se da hierarquia de comando e da condição do militar. Neste quadro será averiguada essa responsabilidade, de acordo com o apurado pela comissão de averiguação, atendendo ao facto de estarem envolvidos nos actos praticados militares sem graduação cumprindo ordens militares, do Quadro Complemento servindo interesses partidários e oficiais do Quadro Permanente Alguns desses militares não souberam ou não quiseram distinguir as situações e os momentos em que forças de pressão sobre si actuaram. Esqueceram, sob pressão dessas forças, os deveres da sua condição, actuando contra os princípios da ética militar».

ser feito na instância própria». Note-se que, embora a versão divulgada do «relatório das sevícias» contivesse poucos nomes, a versão interna referia vários.

Apesar do informador da Presidência da República com quem contactamos não ter sido mais explícito, parece claro que a referência a «julgamentos pela instância própria» não significa aguardar o que os tribunais apurarem, mas submeter, com maior celeridade burocrática, o assunto às instâncias disciplinares competentes, segundo a legislação militar. Esta interpretação é reforçada por um extracto da mensagem do EMGFA atrás mencionada: «No âmbito do foro militar prosseguir ou serão iniciadas as averiguações para apuramento de responsabilidade criminal dos militares do Quadro Permanente e dos militares do Quadro de Complemento, nas situações de licença registada ou de disponibilidade, que constam do relatório divulgado».

Acrescente-se, citando, mais uma vez, a mensagem do general Eanes: «A gravidade dos actos praticados excede a infracção disciplinar. Mas, sem prejuízo da matéria criminal que competirá aos tribunais julgar, é de interesse nacional reconhecer que alguns militares ultrajaram a instituição que serviam, quaisquer que fossem os princípios invocados para o seu comportamento».

Proibida a caça no próximo domingo

UMA PORTARIA do Governo, ontem divulgada, proíbe o exercício da caça a espécies cinegéticas em todo o País no próximo domingo, das eleições para as autarquias. Em virtude desta suspensão, a data do fecho da época de caça foi transferida para o dia 2 de Janeiro.

Poupança forçada reduzida a 10 milhões no orçamento 77

DEVERÁ iniciar-se na quinta-feira, dia 16, o debate no plenário da Assembleia da República da proposta de lei apresentada pelo Governo referente ao Orçamento e ao Plano para 1977. A votação final desta matéria por parte da Comissão Parlamentar de Economia e Finanças deverá ter lugar na segunda-feira, dia 13.

Na sequência das reuniões anteriormente havidas nesta Comissão, o Governo submeteu à Assembleia da República uma nova proposta de lei do Orçamento, ligeiramente alterada em relação à que se encontrava em estudo desde 15 de Novembro passado. Também remeteu algumas alterações ao Projecto de Orçamento da Previdência, designadamente um aditamento e um anexo.

A alteração mais significativa introduzida pelo Governo na Proposta de lei de autorização do Orçamento para 1977 foi a da redução do volume máximo de empréstimos forçados previstos para o ano próximo de 15 milhões de contos para 10 milhões de contos, indo assim, em parte, de encontro a observações críticas for-

muladas por partidos de oposição, que viam no primeiro montante um sinal de recurso à poupança forçada em 77 em muito maior amplitude do que aquele que está ainda em discussão no que respeita ao ano corrente.

Não é ainda possível prever qual a votação dos diversos partidos na Comissão sobre esta proposta (votação que preannunciara a subseqüente votação no plenário). No entanto, tudo indica que o PCP não votará contra a proposta, sendo duvidosa a posição do PSD e do CDS.

De facto, o último poderia inclinar-se para a abstenção, mas até agora as intervenções dos seus representantes na Comissão de Economia e Finanças não foram suficientemente significativas num sentido ou noutro.

Por seu turno, o PSD poderia inclinar-se para o voto contrário (sendo esta a posição do seu Presidente, Sá Carneiro). No entanto, pensa-se que a matéria deverá ser objecto de apreciação por parte da Comissão Política do partido. Em qualquer caso, o Presidente da Comissão parlamentar, que é também vice-presidente do PSD, Sousa Franco, tem ultimamente faltado às reuniões daquela, o que é interpretado como um sintoma de que apenas quererá a elas regressar uma vez definida a posição do partido.

Tiragem média do mês de Novembro 72 425 exemplares

Lanco SWISS o relógio da juventude
Lanco é um relógio suíço
COM GARANTIA INTERNACIONAL EM MAIS DE 100 PAÍSES

Continua na pág. 5

Semana Nacional

Vida mais cara

O CUSTO de vida em Lisboa, de Outubro de 1975 a Outubro de 1976, excluindo a habitação, e segundo os números oficiais, subiu 24,6 por cento, o que na prática significa que para se comprar agora o que se comprava há um ano por dez mil escudos, teremos de pagar 12 500\$00. O aumento do custo de vida na capital corresponde assim, a uma diminuição real dos salários, pois um ordenado de seis mil escudos há um ano, não «vale» agora mais de 4 900\$00. O custo de vida, excluindo a habitação, aumentou também no mesmo período, 16,7 por cento na cidade do Porto; 20,2 por cento em Coimbra; 21 por cento em Évora; 19,5 por cento em Viseu; e 15,8 por cento em Faro.

O aumento registado durante o mês de Outubro último, considerando ainda apenas o total dos grupos, com exclusão da habitação, foi de 4,1 por cento em Lisboa; 0,2 no Porto; 2,7 por cento em Coimbra; 2,4 por cento em Évora; 0,1 por cento em Viseu; e 0,8 por cento em Faro. O grupo da alimentação foi o que mais contribuiu para o aumento do custo de vida, quer nos últimos doze meses, quer em Outubro último, com subidas de, respectivamente, 30,9 e 6,3 por cento em Lisboa; 22,3 e 3,9 por cento em Coimbra; 24,4 e 3,3 por cento, em Évora; 19,5 e 0,1 por cento em Viseu; e 15,5 e 1,1 por cento, em Faro. No Porto apenas se registou o aumento de 16,2 por cento nos últimos doze meses considerados, uma vez que em Outubro deste ano não houve aumento do custo da alimentação.

Souto Cruz: «situação militar estável»

AO PARTIR do passado sábado para Bruxelas, o almirante Souto Cruz, Chefe do Estado-Maior da Armada, que naquela cidade irá participar nas reuniões da NATO — Comité Militar e Comité de Planos de Defesa —, comentando a actual situação política em vésperas de eleições referiu que «no aspecto militar a situação é estável», acrescentando que «as Forças Armadas estão perfeitamente sensibilizadas para o seu papel de garante da Constituição e de garante do Governo».

O Chefe do Estado-Maior da Armada ao referir-se aos objectivos da sua viagem, afirmou que se viu discutir «problemas de rearmamento, de um modo geral, das forças de todos os países da NATO», concretizando que os problemas serão «formulados nas suas linhas gerais, sendo os detalhes relegados para comités».

Igualmente para a capital belga partiu, nesse mesmo dia, o ministro da Defesa, coronel Firmino Miguel, para ali participar em reuniões dos países pertencentes ao Eurogrupo da NATO. Os países componentes do Eurogrupo iniciaram esta semana em Bruxelas uma série de sessões ministeriais da Aliança que culminará com uma reunião de Ministros dos Negócios Estrangeiros durante a qual Henry Kissinger apresentará oficialmente as suas despedidas à Europa. Para participar nessa sessão, deslocou-se igualmente à capital belga uma delegação do Ministério dos Negócios Estrangeiros, chefiada por Medeiros Ferreira.

Numa das reuniões do Eurogrupo efectuadas esta semana os representantes dos países, que o constituem manifestaram preocupações pela crescente força militar da URSS e dos seus aliados do Pacto de Varsóvia e pelo facto da expansão das forças soviéticas se orientar, em larga medida, para uma acção ofensiva e não defensiva.

Rocha Vieira no RASP: grupos limitados tentam acesso ao poder

«HÁ GRUPOS, aliás limitados, da nossa sociedade, aos quais alguns militares são sensíveis, que persistem em influenciar o jogo de forças com vista a obter vantagem e acesso ao Poder. É que continua a verificar-se a ofensa aos princípios militares com procedimentos, com os quais se julga contribuir para a sua defesa. Disso, na prática, apenas resulta vulnerabilidade para a coesão disciplina do Exército», afirmou o general Rocha Vieira, no sábado passado, no Regimento de Artilharia da Serra do Pilar (RASP) durante a cerimónia do dia daquela Arma.

O CEME afirmou, porém, que «a instituição militar tem de encontrar sempre em si mesma a força necessária para resistir e neutralizar firmemente tais procedimentos, sob pena de se degradar e assim prejudicar a sociedade que serve e não cumprir a função que lhe compete». «Neste ambiente de permanente falta de tranquilidade — acrescentou Rocha Vieira — a criação de condições que permitam acelerar a transformação da organização militar é mais difícil e lenta do que todos desejaríamos, havendo ainda outros condicionamentos, nomeadamente materiais, de que devemos estar conscientes».

O general Rocha Vieira referiu-se igualmente ao facto de o Exército ter sido «aplicado e até distorcido em missões que teve de cumprir no passado, bem diversas das que nos competem actualmente» e que «desta situação, que só é passível de completa correcção no futuro, decorrem custos morais e económicos que têm de ser compreendidos como encargos gerais e não como gastos exclusivos do Exército» e anunciou que «há perspectivas razoáveis para que o reequipamento seja em prazo médio uma realidade, que naturalmente queremos apropriar às nossas possibilidades».

CR passa a escolher promoções ao generalato

UM DECRETO-LEI dimanado do Conselho da Revolução e publicado no «Diário da República» determina que as promoções até coronel «fazem-se mediante propostas dos respectivos Conselhos de Armas e Serviços», competindo ao CR a escolha, no que se refere às promoções aos postos de brigadeiro e general. O documento, que considera «a vantagem de haver uma uniformidade de procedimentos entre as diversas Armas e Serviços no que se refere às promoções dos oficiais», prescreve, em adiamento ao Estatuto do Oficial do Exército, que «sejam, num posto, incluídos por quatro vezes na lista de apreciação semestral de oficiais a não promover ao posto imediato, por não satisfazerem a terceira condição geral da promoção». Frisa-se ainda que «sempre que um oficial não reúna todas as condições especiais de promoção, mas esteja incluído no conjunto dos oficiais de apreciação», deve merecer «uma apreciação em todo idêntica à dos oficiais com a totalidade das condições».

O diploma determina que a promoção ao posto de tenente é por diuturnidade e ao posto de capitão por antiguidade. Quanto às promoções aos postos imediatos (major, tenente-coronel e coronel) «é por escolha e antiguidade, segundo critérios a definir em portaria». Para tenentes, alferes e sargentos que à data da publicação do decreto-lei pertençam ao quadro permanente, mantêm-se a promoção por diuturnidade ao posto de capitão.

C. de Ministros delibera contra bombistas

O CONSELHO de Ministros da passada segunda-feira, entre outras resoluções deliberou «tomar medidas imediatas e fazer acionar todos os meios ao seu dispor que conduzam à rápida identificação e detenção dos responsáveis pela deflagração de bombas e outros actos de terrorismo, com vista à rápida reposição da ordem e tranquilidades públicas que alguns criminosos e marginais, persistem em desafiar».

«O Governo Constitucional — diz-se ainda no comunicado final do CM — garante que assegurará a ordem, a segurança das pessoas e bens, não hesitando em socorrer-se de todas as medidas que ponham duma vez para sempre, cobro a tais atentados contra a liberdade e contra o Povo Português».

Na véspera da reunião do Conselho de Ministros a que se refere o comunicado rebentaram quatro petardos nas linhas ferroviárias do Estoril e Sintra, danificando os carris, não provocando, no entanto, desastres pessoais. As referidas sabotagens conseguiram, porém, desorganizar durante um certo período as comunicações ferroviárias.

Igualmente na madrugada de terça-feira a sede nacional do MRPP, em Lisboa, foi alvo duma tentativa de incêndio por parte de um indivíduo que se transportava num carro azul escuro com a matrícula CO-19-52 e que derramou líquido inflamável, pegando-lhe fogo seguidamente, junto a uma das portas do edifício. Surpreendido pelos transeuntes que imediatamente alarmaram os militares daquele partido, o indivíduo em questão conseguiu escapar. Não se registaram prejuízos elevados.

Costa Neves reactiva PJM

COSTA NEVES, Conselheiro da Revolução, recentemente nomeado responsável pela Polícia Judiciária Militar, deslocou-se segunda-feira ao Porto numa visita considerada de rotina à subdirectoria da Polícia Judiciária daquela cidade. Aquele membro do CR que se fazia acompanhar do director da PJM teria abordado informalmente vários assuntos relacionados com as investigações da(s) rede(s) bombista(s), tendo reafirmado a intenção de levar até ao fim o esclarecimento de todo o processo.

Outro assunto que teria sido abordado no Porto foi o da situação do major Mota Freitas, comandante da PSP e até há pouco tempo detido em Caxias por presumível implicação numa rede bombista. Costa Neves teria expressado a sua convicção semelhante à do Ministro da Administração Interna — de que Mota Freitas deveria ser exonerado do cargo de comandante da PSP do Porto. Em relação à situação do bancário tido como elemento do PCP preso a semana passada devido à posse dum engenho explosivo, sabe-se que este caso não transitou ainda para a PJM.

Noutro ponto do País, o Alentejo, prosseguiram as investigações da PJM relacionadas com o caso das G-3 encontradas naquela província depois da prisão de um indivíduo que se julga afecto ao PRP.

Eleições em clima de apatia (e abstenção?) e duas estratégias de oposição

I - Eleições: da apatia provável à bipolarização a provar

A DOIS DIAS das eleições locais do próximo dia 12 (ironia das ironias, as primeiras eleições locais livres em meio século, realizadas ainda na vigência parcial do Código Administrativo que foi a espinha-dorsal do salazarismo no plano do "não-poder local"), mal ficarmos se não disséssemos uma palavra sobre a campanha mais discreta, mais sensaborona, mais desinteressante que houve desde o 25 de Abril.

Tão discreta que o essencial da vida política portuguesa lhe passou à margem. Tão sensaborona que conseguiu deixar apáticos os portugueses, e levou os partidos a desmarcarem sessões e comícios por falta de orador (e ou) de público, ou a reunirem os catequizados em reuniões quase familiares. Tão desinteressante que o Poder se sentiu na necessidade de promover na RTP, nos últimos dias, catadupas de telejornais especiais a mobilizarem os indiferentes para a importância do seu voto.

No entanto, "noblesse oblige", e embora se saiba que a campanha não foi tema de primeira linha, a verdade é que — conforme prevenia sagazmente um comunicado da Comissão Política do Comité Central do PCP — os eventuais vencedores das eleições não deixarão de tentar extrair delas corolários políticos a nível nacional.

Quer se queira, quer não, as eleições terão dignidade (ainda que um pouco forçada) de teste de amplitude global. Por isso, vejamos as duas questões essenciais que os seus resultados podem suscitar:

- a questão do abstencionismo;
- a questão da bipolarização da vida política portuguesa.

Antes do mais, os resultados do próximo domingo mostrarão até que ponto estas eleições motivaram para o voto os portugueses.

Mas revelarão também até que ponto estes acreditam no funcionamento eficaz do sistema democrático previsto na Constituição vigente (ver Editorial, pág. 8)

Até que ponto eles acreditam na capacidade da orgânica instituída para resolver os seus problemas concretos. Até que ponto é que não se cansaram de dois actos eleitorais sucessivos sem resultados palpáveis em termos de melhoria de condições socio-económicas de existência.

Cremos ser fatal que a percentagem de abstencionistas se eleve de forma muito sensível para além dos cerca de 20% calculados nas eleições presidenciais (ver notícia, pág. 1) Não será de estranhar mesmo que se atinja os 30%, designadamente nas zonas urbanas (percentagem que estaria longe de se poder considerar chocante em comparação com as normalmente verificadas em outros países democráticos, ainda que nestes, por vezes, a proporção de abstencionistas nas eleições locais seja inferior à de eleições legislativas nacionais).

Grave será se os abstencionistas totalizarem mais de 30% da população votante em geral. Nessa eventualidade estaria aberto o



Por Marcelo Rebelo de Sousa

caminho ao aproveitamento daquele valor (e do seu significado político) por parte dos sectores não democráticos.

Se tal viesse a suceder muito seriamente deveriam os dirigentes políticos democráticos deste país meditar acerca dos riscos da apatia generalizada e da descrença latente de um de cada três portugueses eleitores no "status quo" político, económico e social em que vive.

Esperemos sinceramente que isso não suceda.

Em qualquer caso, um efeito político inevitável do aumento de abstencionistas (em valor absoluto e relativo) será a distorção do peso efectivo das forças concorrentes em termos da sua representatividade de base. Forças políticas há que beneficiarão do acréscimo de abstencionistas — como, em particular a FEPU, e em muito reduzida escala, o CDS. Ao invés, os partidos mais prejudicados percentualmente com a indiferença ou amorfismo eleitoral das suas potenciais clientelas eleitorais serão o PSD e o PS.

Saber-se até que ponto pode ir a repressão da subida de abstencionistas no peso relativo das forças candidatas (o que hoje já é mais fácil, dispondo de dados de várias eleições gerais) — eis um dos atractivos analíticos do veredicto de depois de amanhã.

A segunda questão é igualmente grave. Se a primeira nos abre a porta para a descoberta de uma verdade elementar mais dolorosa — que as eleições locais podem constituir, mais do que isso, um plebiscito da democracia, e um plebiscito revelador de uma crise de descrença neste regime democrático — a segunda pode permitir-nos descartar que se agrava, em Portugal, em Dezembro de 1976 o fosso separador dos portugueses.

Na realidade, uma subida apreciável (ainda que avolumada como efeito indirecto da percentagem abstencionista) da FEPU e do CDS quereria dizer apenas isto: que os portugueses apostam menos nos partidos que foram nucleares nas votações das Primavera de 75 e 76 e na elaboração da Constitui-

ção vigente, e apostam mais numa bipolarização, crescentemente frontal, da vida política portuguesa.

Se sabido (e dos "Manuais") que as situações de crise económica e social propiciam o extremar de posições, a divisão de campos, o afastamento de concepções antipódicas de futuro colectivo.

No caso português, a circunstância de se alterarem muito substancialmente as relações eleitorais entre forças políticas não poderia deixar de suscitar corolários apreciáveis.

Que dizer, por exemplo, à ultrapassagem do CDS pela FEPU em percentagem eleitoral, apagando, de facto, a relevância negativa da votação PCP na candidatura de ocasião que teve por figurante Octávio Pato?

Que dizer de uma igualação de percentagens entre o PSD e a FEPU, permitindo a esta (leia-se ao PCP, em particular) contestar a lógica usualmente extraída dos resultados das legislativas de Abril último?

Que dizer de uma quebra do PS, que atenuasse a margem relativa de que dispõe quanto à percentagem dos demais partidos, num momento em que a desconfinça legítima perante a sua capacidade de honrar compromissos governativos parece aconselhar reajustamentos de forma a que um novo Governo socialista com crédito político possa suceder ao panorama decrépito do actual executivo?

Contudo, neste plano seremos muito menos peremptórios do que no primeiro.

Se é certo que damos como muito provável um acentuar pronunciado da taxa de abstenção, já temos dúvidas em pronunciar um agravamento da bipolarização da expressão eleitoral da realidade política portuguesa.

Limitar-nos-emos a aventar o seguinte quadro hipotético a partir dos dados dispersos de uma campanha discreta, e sob a reserva de os cálculos globais serem particularmente difíceis, com a multiplicidade de listas conjuntas e de candidaturas independentes: — percentagem apreciável da FEPU;

- ligeira subida do CDS;
- descidas percentuais do PSD e do PS, podendo a do primeiro ser superior à do segundo (sendo que neste domínio, é essencial o "impacte" das abstenções).

II - Governo na RTP: do apagamento de Soares à força de Barreto

Um segundo tema importante da semana que passou foi a presença televisiva de Mário Soares e António Barreto.

No todo, cremos que o PS marcou pontos em termos eleitorais (e no fundo isso não terá sido indiferente — pelo menos em parte — a ambas as iniciativas).

Porém, os dividendos recolhidos de uma e de outro não terão sido idênticos.

O programa de Mário Soares foi um quase modelo de mau improvisado (e daí sugerimos a urgente revisão do sistema de perguntas avulsas, particularizadas, que prolongou, sem nível, a emissão, tornando-a morosa e fatigante). A crescer ao tipo de programa, o Primeiro-Ministro não foi feliz.

Carsado, foi menos persuasivo do que é habitual. Afastando-se do texto em excesso, perdeu em qualidade (o texto pareceu-nos apreci-

vel) e cometeu em série "gaffes" políticas e linguísticas. Gaffes políticas como a de repetir, conviêto, a solene declaração de Salazar ("o Governo sabe o que quer e para onde vai"), ou a de assegurar que o ano lectivo em curso tem sido normalíssimo, mais do que os anteriores, "mesmo mais do que antes do 25 de Abril" (sic). Gaffes linguísticas como a sistemática troca do género das palavras (mais de cinquenta erros deste tipo) ou a criação de neologismos da mais variada modalidade.

Particularmente graves são as hesitações ou ignorâncias de Mário Soares em matéria económica (recore-se a tentativa frustrada de definição de desequilíbrio da Balança de Pagamentos, em manifestada confusão com o "deficit" orçamental).

Menos brilhante e seguro do que o habitual, Mário Soares nem sempre respondeu cabalmente às críticas concretas dirigidas ao Governo. Repetiu à sociedade o princípio de que se está a definir, última-se, prepara-se, aguarda-se a todo o momento o começo da execução.

III - As duas estratégias de oposição

Com a mesma aberta franqueza que, há uma semana, apontamos pontos fracos do Governo socialista, reiteramos que é pura e simples utopia apostar numa estratégia que tenha por pressuposto a substituição imediata daquele Governo por outro que não seja também socialista.

Condições externas de tomo (de que a menor não é a posição norte-americana em relação a Portugal e ao Governo) e ainda algumas condições internas continuam a levar-nos à convicção de que, nos próximos meses, querer encontrar qualquer alternativa democrática ao Governo PS é somente "wishful thinking".

Eis porque uma estratégia emocional, repentina, de oposição, sem sequer averiguar da viabilidade de uma alternativa ao Governo é errada, porque baseada nos pressupostos e inconsequente nos resultados.

Que o Governo PS não cumpre compromissos políticos ponderosos — já foi dito. Que se deteriora o capital político de prestígio de que dispõe — o tempo o revelará. Que pode ser importante definir abertamente críticas de fundo aos

programas e aos gestos governativos — trata-se de direito da oposição, e até seu dever, se a inoperância e a ineficácia do Governo as legitimar.

Mas não se construa um país imaginário em vez do país real. Não se confundam o que é com o que se pretende que seja. Não se empole a dimensão própria, subvalorizando a dimensão alheia.

Uma oposição tem a sua credibilidade política, tal como um Governo.

Seria perigoso que, independentemente do conteúdo ideológico que veiculam, um ou mais sectores de oposição apostassem numa estratégia errada, prematura, inadequada, emocional e inevitavelmente adversa ao Governo. Pondo em causa a sua credibilidade.

Se isto sucedesse, a perplexidade do cidadão português médio tomar-se-ia enorme, confrontado com um Governo à procura de si próprio, mas também com uma ou mais oposições que se não encontram, perdidas em jogadas impossíveis.

A que democracia interessa uma oposição empenhada numa jogada impossível?

ANTÓNIO DE SPÍNOLA

AO SERVIÇO DE PORTUGAL

DA PRESIDÊNCIA AO EXÍLIO

UM DOCUMENTO PARA O JULGAMENTO DA REVOLUÇÃO DE ABRIL PERANTE A HISTÓRIA E O POVO PORTUGUÊS.

uma edição ÁTICA / BERTRAND

DISTRIBUIÇÃO EXCLUSIVA DA **ÁTICA** LIVRARIA BERTRAND APART. 37 - AMADORA

CERTINA DS

o relógio mais forte do mundo

porquê?

para si qual será a melhor explicação?

— a nossa, ou a de um técnico da sua confiança?

faça-lhe a pergunta ele lhe revelará o porquê!

corda manual
corda automática
electrónico C-Tronic
electrónico C-Quartz

60%

Após estudo dos mais avançados autocarros urbanos europeus e de acordo com as recomendações da U.I.T.P. — Union International des Transports Publics — "Salvador Caetano, I.M.V.T., S.A.R.L.", desenhou e projectou os novos autocarros urbanos de Lisboa, Porto e Coimbra.

Cerca de 60 por cento desses autocarros foram fabricados na Fábrica de Gaia de "Salvador Caetano", — e os restantes por outros fabricantes locais, sobre projecto de "Salvador Caetano".

Tecnologia e trabalho de portugueses ao serviço do Transporte em Portugal.

Salvador Caetano

Uma indústria portuguesa projectada na Europa.

sonarte

Resultados das eleições a partir das 21.30H de domingo

AS ELEIÇÕES de domingo para as Autarquias Locais serão marcadas, entre outros factores, pela acentuada personalização das listas ao nível de freguesia e a desmobilização do eleitorado — que é chamado às urnas pela terceira vez no período de um ano — são características marcantes destas eleições. Outro aspecto significativo será a existência de numerosas listas (seguramente acima de 30% da totalidade) constituídas por grupos de cidadãos independentes ou dos mais variados quadrantes partidários que se declaram unidos com vista a um fim comum: o melhoramento da sua freguesia.

Os resultados começarão a surgir nos ecrãs da TV entre as 21 e 30 e as 22 horas de domingo e o escrutínio terá atingido cerca de 70% às seis horas da madrugada, altura em que será interrompida a emissão de dados para o computador. A Rádio e a Televisão disporão de terminais ligados directamente ao computador do Centro de Informática do Ministério da Justiça onde se realizarão já dois treinos com vista ao apuramento dos resultados. Hoje ainda, terá lugar um terceiro treino. Os governos civis enviarão mensagens fictícias de resultados electorais que serão processados no mínimo de tempo. Os treinos anteriores permitem mesmo uma previsão optimista quanto aos primeiros resultados, os quais poderão eventualmente surgir ainda antes da hora estimada.

Em «linha directa» os dados já estavam lançados



de tal direito consignado na Lei de Imprensa.

A INTERVENÇÃO de Mário Soares na RTP, na passada sexta-feira, no programa "Linha Directa", mereceu por parte das várias organizações que constituem o leque partidário português, comentários desfavoráveis que põem em questão a oportunidade da ida frente às câmaras da TV dos responsáveis pela gestão do Estado em período de campanha eleitoral.

da Constituição já praticadas pelo actual Governo, exclui o direito de autarquias locais. Não pode, portanto, haver propaganda eleitoral na TV, concluiu o presidente do CDS.

Um outro tipo de contestação registou-se devido ao conteúdo de uma das afirmações de Mário Soares no decorrer de "Linha Directa" no que diz respeito à FEPU, que o secretário-geral do PS considerou como um "disfarsa do PCP". Imediatamente, o PCP e seus aliados na referida frente protestaram, exigindo à RTP direito de resposta, por considerarem "infeliz e lamentável" a interferência de Soares na campanha eleitoral "que lhe estava vedada pela lei eleitoral que assinou com o seu próprio punho". Recorde-se, no entanto, que em 1974, aquele partido utilizou em vésperas de eleição para a Assembleia Constituinte o relatório de 11 de Março, como forma de coacção sobre o eleitorado.

Com efeito, segundo a lei que rege a campanha eleitoral para as autarquias locais Mário Soares não deveria ter respondido à pergunta que lhe foi posta por um telespectador, pois participava no referido programa na sua qualidade de Primeiro-Ministro. A pergunta em questão era posta não ao chefe do Governo mas ao secretário-geral do PS. Este, deveria ter invocado a lei furtando-se, assim, à resposta.

A interpretação jurídica desta peripécia ganhou igualmente foros de oposição crítica ao Governo PS, pois na RTP chegou a haver duas interpretações distintas. Porém, a certa altura, a SECS chamou a si a interpretação legal do direito de resposta exigido pela FEPU, vindo a considerá-lo ilegal, pois a Televisão não é obrigada à concessão

de tal direito consignado na Lei de Imprensa.

de tal direito consignado na Lei de Imprensa.

de tal direito consignado na Lei de Imprensa.

Alentejo: fim de semana tenso

Continuação da pág. 1

do caso da Lobata e paralelos, não os atenderia. Considera Carvalho Figueira que "está esgotada qualquer forma de diálogo", acrescentando que "durante 10 meses assistiu aos debates do CRR de Beja onde o Sindicato, teimosamente, nunca se sentou com a intenção de negociar fosse o que fosse".

De qualquer modo, considerando-se que tenha falhado a chamada segunda frente, no Alto Alentejo, isto em relação às posições da Lobata na zona de Beja e da Cooperativa do Ervedal, em Portalegre, amplia-se o clima de tensão. Para lá da exortação que tem sido feita junto dos trabalhadores da cintura industrial de Lisboa, para que se desloquem, amanhã ao Alentejo, precisamente à Lobata, há que considerar a resposta do PC às declarações de António Barreto. Álvaro Cunhal esteve em Beja, onde declarou: "O PS neste Governo, pela prática da sua política, está mostrando que está e actua contra a Reforma Agrária", acrescentando que "no Alentejo, estar contra os comunistas é estar contra a Reforma Agrária e estar contra a Reforma Agrária é estar contra os comunistas". "São coisas inseparáveis", diria ainda.

Na quarta-feira, em Ponte de Sor, Cunhal atraiu perto de um milhar de trabalhadores. Um comboio de tractores e camionetas transportou para a localidade os elementos afectos ao PC que iam assistir a uma sessão de esclarecimento onde as posições enunciadas em Beja seriam novamente ventiladas.

Um observador em Portalegre dizia que o jogo de forças com o estandarte do Alentejo, se faz entre o PS e o PC a pretender demonstrar que governa e o PC a pretender demonstrar que tem possibilidade de impedir o exercício do Governo.

Curioso, entretanto, o encaimento de alguns acontecimentos. Em Canhestros, Baixo Alentejo, as autoridades fizeram uma operação de busca procedendo à apreensão de algum material de guerra. Uma fonte de informação garantia ao EXPRESSO que o juiz de uma das maiores comarcas da região estava disposto a vir a Lisboa apresentar a sua demissão dado que se sentia desamparado para o exercício das suas atribuições. Ter-lhe-iam pedido até que acompanhasse a força pública encarregada de proceder à busca de armamento ilegal. Por outro lado, na fobia das previsões, pensa-se que o dia de amanhã se cubra de uma calma podre e que, na segunda-feira, se possa viver um dia duro, de exame final, para que o Governo sustente a intervenção pública do ministro António Barreto.

César Camacho



Concelhos rurais e concelhos urbanos: a desigualdade de oportunidades de gestão local autónoma



Para além dos resultados Finanças locais limitam actuação das Câmaras

QUAISQUER QUE SEJAM os resultados das eleições para as autarquias locais do próximo domingo, em termos partidários, não será exagerado dizer que grande parte das expectativas gerais do eleitorado dizem respeito ao início de uma nova era de administração municipal e regional, que substitua a situação do tradicional "não há verba" (sustentáculo de um certo imobiliário) alegada constantemente como elemento impeditivo de políticas locais dedicadamente norteadas pelas necessidades reais das autarquias.

A autonomia e a descentralização que assim se resumem normalmente tais expectativas, estão intimamente interligadas ao grau de poder de decisão que o governo central se disponha a ceder a favor das autarquias locais e dos seus órgãos de gestão democraticamente eleitos. Mas somente o poder de decisão, em termos técnicos ou legais, não é suficiente. Para funcionar efectivamente terá de ser acompanhado (ou mesmo precedido) por uma reestruturação das finanças locais que garanta às autarquias os meios necessários ao desenvolvimento das políticas gizadas na base de tal poder de decisão. Se esses meios continuarem, como até aqui, a depender de subsídios e comparticipações financeiras do Governo central, muitas vezes mesmo para a realização de obras relativas a infraestruturas básicas, o princípio da regionalização do poder de decisão será traído, ou fortemente condicionado na prática.

O panorama das finanças locais continua a ser dominado por uma escassez crónica de receitas próprias, que historicamente têm vindo a decrescer (em termos absolutos e reais) em paralelo com acréscimos galopantes de todos os tipos de despesas. Apesar das "concessões" financeiras (logo, orientação e intervenção) do governo central, atingindo parcelas elevadíssimas dos orçamentos municipais — muitas vezes 70 e 80% —, ainda assim o endividamento gradual das autarquias era e é um facto muito real (os casos pontuais de "equilíbrio" financeiro estão normalmente associados a "desequilíbrios" de desenvolvimento regional, de necessidades permanentemente insatisfeitas).

Panorama este que retrata (e agudiza) os desequilíbrios existentes entre zonas rurais (mais pobres) e zonas urbanas (mais ricas), hiato que nem a suposta "intervenção distributiva" do governo central alguma vez conseguiu atenuar ou apagar. Assim, à medida que os concelhos se vão afastando geograficamente das grandes concentrações urbanas, vai aumentando o grau de dependência financeira dos municípios (receita extraordinária relativamente à receita total), atingindo médias que no distrito de Lisboa se situam em torno dos 25 a 30%. Mesmo a Câmara Municipal de Lisboa, com saldos de gestão tradicionalmente positivos (mais de meio milhão de contos em 1975), recorre ao exterior para a cobertura de mais de 30% das suas necessidades financeiras.

A própria estrutura das receitas (ordinárias) pode também generalizadamente caracterizar-se por uma diminuição de peso dos impostos directos (verdadeiro indicador da riqueza local em benefício das taxas e rendimentos de diversas prestações de serviços (uma média de 30% do distrito de Lisboa), alienação de bens próprios (essencialmente nas zonas urbanas), etc.). Quanto às despesas, verifica-se serem estas dominadas pelos encargos com pessoal, que têm vindo a subir vertiginosamente atingindo já na generalidade mais de 50% do total das despesas de funcionamento, e havendo casos em que se aproximam muito ou mesmo ultrapassam o volume normal de receitas próprias dos municípios.

Verifica-se ainda que as despesas de investimento dependem em mais de 40% dos subsídios e comparticipações do governo central. Situação que, a manter-se, condicionará em muito a capacidade de manobra das autarquias locais (principalmente dos municípios) e o cumprimento dos objectivos que em tempo eleitoral os candidatos se propõem levar a cabo. Inclusive porque a possibilidade de que venham a existir entidades orientadas por elementos dinamizadores e executores à escala local de um processo sócio-económico equilibrado, essencialmente corrector dos grandes desequilíbrios ainda hoje observáveis.

Uma fonte de agudização de conflitos latentes. As soluções a encontrar terão de assentar na consideração da base económica específica de cada autarquia, não podendo ser aplicadas regras uniformes a todas elas. Efectivamente apenas em relação aos municípios das zonas urbanas e/ou industriais a retenção de uma parte substancial da colecta fiscal do Estado no concelho poderia de alguma forma minimizar as dificuldades e dar alguma forma prática à ideia de autonomia financeira local. Estes casos podem considerar-se apenas como pequenas ilhas num mar de verdadeiros problemas de dependência financeira, com tudo o que tal acarreta.

Problemática esta que certamente vai estar no centro das atenções das administrações municipais que o eleitorado escolherá no próximo domingo, e deverão dedicar os seus primeiros meses de gestão à luta pela sua concretização prática, por uma autonomia financeira real, que reforce a administrativa, e que lhes permita deixar de responder apenas (e insuficientemente muitas vezes) aos anseios mínimos das populações — o fontanário, o caminho municipal, etc. —, para se tornarem efectivamente em elementos dinamizadores e executores à escala local de um processo sócio-económico equilibrado, essencialmente corrector dos grandes desequilíbrios ainda hoje observáveis.

R. P.

CONSELHEIRA TÉCNICA DE CULINARIA COZINHA INTERNACIONAL
Procura emprego compatível.
Resposta a este jornal ao n.º 467.

INDÚSTRIAS DA PROVÍNCIA
Agência/Depósito em Lisboa
Firma domiciliada em Lisboa, vivendo da representação de uma fábrica do Norte, desejava representar mais um ou dois fabricantes para comparticipação nas suas despesas de armazém e escritório.
Respostas a: Mário Lopes, Rua Apúrgio Mafra, 17-B (paralela à Av. do Brasil), Telef. 72 06 87 — LISBOA-5.

JOVENS E SENHORAS
PARA PARTICIPAÇÃO EM FILMES PUBLICITÁRIOS DOS 22 AOS 30 ANOS
Se tem à-vontade, boa figura e classe, um certo ar desportivo e um bom guarda-roupa actualizado, arredonde o seu orçamento participando nos nossos filmes. Contacte PROMO/NCK, Telefone 57 13 82.

NORMA
Instituição de Estudos para o Desenvolvimento da Empresa, S.A.R.L.
Assistência 9 de Outubro, 122 - LISBOA 1
Rua de Conde D. João, 217, 8.º - PORTO
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA APLICADA

Seleccionamos para EMPRESA MUNDIAL em fase de grande desenvolvimento
DELEGADO COMERCIAL
Para promover a venda de computadores de média potência e elaborar estudos de implantação de sistemas orientados para as necessidades dos Clientes.
Aceitam-se candidaturas de profissionais com:
• Experiência consistente no campo de venda de computadores e conhecimentos fluentes da Língua inglesa.
Dá-se preferência a quem possua formação universitária (cursos da Faculdade de Ciências).
Vencimento previsto da ordem dos 300 contos anuais.
As respostas devem ser enviadas ao Departamento de Psicologia da NORMA, com «currículum» detalhado.
Indicar a Ref.º 478/1033/E

APRENDA LÍNGUAS PELO MÉTODO ASSiMiL
DISCOS - BOBINAS CASSETTES E LIVRO DE TEXTO
Representante em Portugal
CUSTÓDIO CARDOSO PEREIRA & C.
Rua do Carmo, 11 - Lisboa/Telex 32476 370647

REGUENGOS DE MONSARAZ
O EXPRESSO vende-se em Cunha & Ciaero
Rua da Igreja, 1 (tel. 52347)

RECHEIO DE MORADIA
VENDE-SE SÁBADO E DOMINGO, DAS 15 AS 20 HORAS
TODO O MOBILIÁRIO DE ESTILO EM CONJUNTO OU SEPARADAMENTE
Mobílias completas e vários conjuntos de casa de jantar estilo Renascença, inglês, séc. XVII, Luis XVI, mobílias de quarto e vários conjuntos estilo D. José, Renascença, Filipino, D. Maria, séc. XVII e várias camas soltas de casal e pessoa só estilo D. Maria, D. José, barroco, bilros, Luis XVI e ainda camas em latão e em ferro, cómodas, escrivaninhas, roupeiros de 2, 3 e 4 portas, armários bengaleiros, cantoneiras, estantes de sala e escritório sendo 1 em nogueira, mesa de trabalho, carrinhos de chá, mesa de jogo, mesas de sala em talha e em metal com tampos de vidro, credências, espelhos, quadros, gravuras, candeeiros de tecto e de mesa, apliques, carpetes, mapas soltos, mapas para quarto em veludo, jogos de mapas em veludo sendo 2 com sofá, cama, relógios de mesa e várias peças de decoração.
AV. ANTÓNIO JOSÉ DE ALMEIDA, 22 (Moradia perto do Inst. Sup. Técnico)

ECONAVE
linhas nacionais nas rotas internacionais
A ECOLINE, tem a honra de comunicar aos Senhores Exportadores e Importadores, o início do novo serviço regular, totalmente contentorizado, de Lisboa a Leixões directo ao HAVRE, cobrindo toda a França.
Aceitam-se também cargas de transbordo para todos os destinos, em contentores completos e de grupagem.
Ao Vosso Dispor:
— LISBOA 66 91 91, AVEIRO 240 86, PORTO 31 10 37

Berna
O ESPECTÁCULO QUE TOCA O CORAÇÃO DO PÚBLICO!
filhas, filhas, são filhas
— daughters daughters —
um filme de MOSHE MIZRAHI
com SHAI OPHIR, ZAHARIRA HARIFAI, JOSEPH SHILOAH

Alvalade
HEIDI
A RAPARIGA DOS ALPES
um filme de WERNER JACOBS

Caleidoscopio
TIVOLI
O espectáculo de Natal por excelência!
Walt Disney
Branca de Neve e os Sete Anões
TECHNICOLOR
FALADO EM PORTUGUÊS

Nimas
O drama que envolveu toda uma nação.
O CHILE DE ALLENDE A PINOCHET
CHOVE EM SANTIAGO
um filme de HELVIO SOTO
A PLUIT SUR SANTIAGO

2000 Leguas Submarinas
WALT DISNEY PRODUCTIONS
FERRA DO ROMANÇO DE JULIO VERNE
2000 ALGÉS

Perfume de Mulher
um filme de DINO RISI
VITTORIO GASSMAN
GRANDE PREMIO DI INTERPRETACIONE FESTIVAL DE CANNES 1973
APOLO 70

GENTE COMO EU E VOCE
Bela Lugosi
BREVEMENTE

MANDINGO
Realização de RICHARD FLEISCHER
ROXY/EDEN

Filmes Lusomundo
Sonoro Filme * Sif * Exclusivos Triunfo